



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
EDITAL Nº 001/2024



PROVA OBJETIVA: 21/07/2024

NÍVEL: SUPERIOR
CARGO: ADVOGADO

ESTE CADERNO CONTÉM 50 QUESTÕES COM AS SEGUINTE DISCIPLINAS:

| DISCIPLINA | QUESTÕES |
|---------------------------|----------|
| LÍNGUA PORTUGUESA | 01 a 10 |
| INFORMÁTICA | 11 a 20 |
| CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | 21 a 50 |

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. É proibido folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal.
2. É responsabilidade exclusiva do candidato à conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção e a marcação do gabarito na sua Folha de Respostas. Quaisquer problemas deverão ser comunicados ao fiscal/chefe de sala, para registro em ata.
3. Confira os dados impressos no cartão resposta e se este caderno de provas corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu.
4. Assine o cartão de respostas.
5. Verifique se este caderno de prova contém 50 questões. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
6. Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma será a resposta correta.
7. Preencha o cartão de respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta.
8. Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente.
9. O cartão resposta será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma; portanto, evite rasuras.
10. Em sala, a comunicação entre os candidatos não será permitida, sob qualquer forma ou alegação.
11. Não será permitido o uso de calculadoras, dicionários, lápis, borrachas, telefones celulares, pen drive, recurso didático, elétrico, eletrônico ou acessórios que cubram suas orelhas.
12. A prova objetiva terá duração máxima de 4h, incluído o tempo para preenchimento do cartão de respostas.
13. O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 1h hora de seu início e só será permitido ao candidato levar os Cadernos de Questões, a partir de 3 (três) horas do início da prova.
14. Os três últimos candidatos só podem sair da sala de prova ao mesmo tempo, e devem fazê-lo após assinarem a ata da sala.
15. A utilização dos banheiros e bebedouros somente serão autorizadas uma hora após o início das provas. E depois de concluir e entregar o cartão de respostas, não será permitido a ida do candidato aos banheiros e bebedouros, sendo obrigatório que o mesmo se retire imediatamente do local do certame.
16. Os fiscais NÃO estão autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
17. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas e certifique se não esqueceu de assinar o nome no local especificado ao candidato.

Boa Prova!

Leia o trecho do texto a seguir e responda às questões de 01 a 05.

Educação financeira: o exemplo que deve ser oferecido desde cedo

Por Paulo Melo

A educação financeira é um tema cada vez mais presente na realidade e currículo das escolas e considerado fundamental para ser trabalhado desde cedo com as crianças, para que elas cresçam sabendo desenvolver uma relação mais saudável com o dinheiro. Mas tão importante quanto trabalhar o tema dentro das escolas é conscientizar os pais para que esse seja um trabalho realizado em parceria com as famílias. Todo cidadão pode - e deve - desenvolver habilidades que melhorem sua qualidade de vida e a de seus familiares, a partir de atitudes comportamentais e de conhecimentos básicos sobre gestão de finanças pessoais. O que a educação financeira se propõe a fazer é amplificar esse trabalho de consciência nas pessoas, inclusive nas crianças.

Quando um indivíduo tem as finanças em ordem, ele toma decisões e enfrenta melhor as adversidades, como, por exemplo, o momento atual da pandemia. E isso ajuda não só na organização da vida financeira como também em aspectos pessoais e familiares. Nesse sentido, ao ensinar uma criança a lidar bem com o dinheiro desde pequena, quando adulta, ela terá maiores chances de aprender a administrar o seu salário, empreender e organizar a sua vida, sabendo comprar e poupar com consciência.

Consumidores bem-educados financeiramente demandam serviços e produtos adequados às suas necessidades, incentivam a competição e desempenham papel relevante no monitoramento do mercado, uma vez que exigem maior transparência das instituições financeiras e contribuem, dessa maneira, para a solidez e para a eficiência do sistema financeiro que tanto precisamos. Além disso, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia toda a economia, por estar intimamente ligada a questões como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento do país.

Por isso tudo, torna-se tão importante estabelecer, desde cedo, as bases para uma relação equilibrada

com o dinheiro. E para que esse trabalho seja bem sucedido, a educação financeira deve ir ao encontro da realidade de cada indivíduo e de sua família, a importante aliada nesse aprendizado. Aprendemos muito com os acontecimentos da vida, por meio dos conhecimentos adquiridos e das experiências, assim como as ações e emoções exercem grande influência em nossas decisões financeiras. Somos dependentes de fatores fisiológicos - que podem ser alterados ou influenciados, dependendo das escolhas feitas - e de fatores psicológicos. Esses últimos são mais complexos, mostrando que a relação que os pais e familiares possuem com o dinheiro tem grande influência nas escolhas dos filhos. Se os pais se relacionam com o dinheiro de forma descontrolada e sem consciência, não podem cobrar que seus filhos sejam diferentes [...]

[...] O principal objetivo de educar os filhos em relação ao dinheiro é levá-los a atingir maturidade financeira, ou seja, a capacidade de adiar desejos de agora em função de futuros benefícios. É da natureza humana querer obter satisfação imediata em todos os sentidos. A educação financeira para a criança deve ser um projeto permanente. Não existe idade certa para começar. A necessidade vai aparecer na vida de todos os pais no momento em que começam os famosos pedidos "compra isso, quero aquilo".

Disponível: <https://www.paulomelo.blog.br/2021/10/o-piniao-educacao-financeira-o-exemplo.html>, acesso em: 05 de junho de 2024.

Questão 01

De acordo com o autor, por que a colaboração entre escolas e famílias é fundamental na promoção da educação financeira desde a infância, visando o desenvolvimento de habilidades e uma relação saudável com o dinheiro ao longo da vida?

- A. Para garantir que todas as crianças se tornem especialistas em financeiros.
- B. Para excluir a participação dos pais no processo de aprendizado financeiro das crianças.
- C. Para restringir o conhecimento financeiro apenas a investimentos avançados.
- D. Para amplificar o trabalho de consciência nas pessoas sobre gestão de finanças pessoais.

Questão 02

O que o autor destaca, no segundo parágrafo do texto como benefícios do aprendizado financeiro desde a infância?

- A. A falta de impacto, pois as crianças não conseguem compreender questões financeiras.

B. Apenas a melhoria na organização financeira, sem influenciar outros aspectos da vida.

C. O impacto positivo na capacidade de tomar decisões, enfrentar adversidades e benefícios em aspectos pessoais, familiares e profissionais.

D. Crianças que aprendem sobre dinheiro desde cedo tendem a ser mais prosperas, pois a prosperidade consiste somente através do dinheiro.

Questão 03

No que tange aos modos de organização textual, qual melhor descreve o artigo "Educação financeira: o exemplo que deve ser oferecido desde cedo" de Paulo Melo?

A. Narrativo, pois apresenta uma sequência de eventos relacionados à importância da educação financeira desde a infância.

B. Descritivo, pois descreve detalhadamente os benefícios da educação financeira para crianças e adultos.

C. Argumentativo, pois defende a tese de que a educação financeira desde cedo é crucial para o desenvolvimento pessoal e familiar.

D. Expositivo, pois lista informações sobre o conceito e a aplicação da educação financeira nas escolas e nas famílias.

Questão 04

Considerando o texto de referência sobre educação financeira, qual das opções abaixo melhor descreve a intertextualidade presente?

A. Uma citação direta de um economista famoso sobre gestão financeira.

B. Uma alusão implícita à crise financeira global no mundo.

C. Um paralelo com a teoria econômica de um autor contemporâneo.

D. Uma referência ao impacto da educação financeira na estabilidade econômica nacional.

Questão 05

Leia a frase e responda a alternativa correta. "**Por isso** tudo, torna-se tão importante estabelecer, desde cedo, as bases para uma relação equilibrada com o dinheiro." Assim, é correto afirmar que a expressão em destaque é classificada como:

- A. Conjunção Coordenativa Conclusiva.
- B. Conjunção Subordinativa Conclusiva.
- C. Conjunção Coordenativa Alternativa.
- D. Conjunção Subordinativa Condicional.

Analise a música a seguir e responda à questão 06.

Samba do Approach

Venha provar meu **brunch**
saiba que eu tenho **approach**
na hora do **lunch**
eu ando de **ferryboat**

Eu tenho **savoir-faire**
meu temperamento é **light**
minha casa é **hi-tech**
toda hora rola um **insight**

Já fui fã do **Jethro Tull**
hoje me amarro no **Slash**
minha vida agora é **cool**
meu passado é que foi **trash**

Disponível: <https://www.letras.mus.br/zeca-baleiro/43674>. Acesso em: 05 de junho de 2024.

Questão 06

No que refere as diversas modalidades do uso da língua e as expressões em destaque na música "**Samba do Approach**", é CORRETO afirmar que essas expressões se configuram como:

- A. Gírias.
- B. Neologismos.
- C. Regionalismos.
- D. Empréstimo Linguístico.

Analise a charge e responda à questão 07.



Disponível: <https://admin.guiame.com.br/chargesarges-alem-da-agua-esta-faltando-o-amor.html>/acesso em: 05 de junho de 2024.

Questão 07

Na frase, "**O que você colocou na prova?**" Do ponto de vista morfológico, a palavra destacada corresponde, respectivamente, a:

- A. Presente (Subjuntivo).
- B. Pretérito Perfeito (Indicativo).
- C. Pretérito Imperfeito (Subjuntivo).
- D. Pretérito Mais-Que-Perfeito (Indicativo).

Analise a charge e responda à questão 08.



Questão 08

Considerando a análise da charge apresentado, é possível afirmar que há, no contexto, a presença de uma oração:

- A. Coordenada sindética aditiva.
- B. Coordenada sindética alternativa.
- C. Coordenada sindética explicativa.
- D. Coordenada sindética conclusiva.

Leia a charge e responda às questões 09 e 10.



Disponível em: <http://bichinhosdejardim.com/>.
Acesso em: 01 de junho de 2024.

Questão 09

No período “Não vou abrir notícias nem redes sociais...” O termo em destaque introduz uma:

- A. Adição
- B. Oposição
- C. Alternância
- D. Conclusão

Questão 10

Sobre a charge, é correto afirmar que o autor:

- A. Compara a produtividade com o foco.
- B. Aborda a interação nas redes sociais.
- C. Faz uma crítica sobre o uso excessivo das redes sociais.

D. Aponta as redes sociais como causador da ansiedade e da depressão.

INFORMÁTICA 11 a 20

Questão 11

Indique corretamente qual tecla de atalho é comumente usada para copiar o item ou texto selecionado no Word?

- A. Ctrl + X
- B. Ctrl + C
- C. Ctrl + V
- D. Ctrl + Z

Questão 12

Se você deseja fechar o programa ativo no Windows, qual tecla de atalho você usaria?

- A. Alt + F4
- B. Alt + Tab
- C. Ctrl + F4
- D. Windows + D

Questão 13

Qual combinação de teclas é utilizada para abrir uma nova aba no navegador de internet?

- A. Ctrl + N
- B. Ctrl + Shift + T
- C. Ctrl + T
- D. Ctrl + W

Questão 14



Para qual finalidade o dispositivo da imagem é utilizado?

- A. Armazenar dados de forma permanente.
- B. Apresentar informações visuais ao usuário.
- C. Permitir a digitação de textos e comandos.
- D. Registrar dados em papel físico.

Questão 15

Indique qual a função da memória RAM no computador?

- A. Armazenar arquivos e programas de forma permanente.
- B. Executar programas e manter dados em uso prontamente acessíveis.
- C. Processar instruções e realizar cálculos matemáticos.
- D. Conectar o computador à internet e outros dispositivos.

Questão 16

Qual a principal diferença entre hardware e software?

- A. O hardware é físico e pode ser tocado, enquanto o software é intangível e executado em dispositivos.
- B. O hardware é responsável pelo processamento de dados, enquanto o software é responsável pelo armazenamento de dados.
- C. O hardware é utilizado para entrada e saída de dados, enquanto o software gerencia o sistema operacional.
- D. O hardware é lento e limitado, enquanto o software é rápido e ilimitado.

Questão 17

Qual o tipo de armazenamento de dados ilustrado na imagem?



- A. Memória RAM
- B. Disco rígido (HD)
- C. SSD
- D. Placa de vídeo

Questão 18

Qual dos seguintes é considerado um dispositivo de entrada?

- A. Monitor
- B. Impressora
- C. Teclado
- D. Alto-falantes

Questão 19

Um dispositivo que pode realizar tanto funções de entrada quanto de saída é chamado de:

- A. Dispositivo unidirecional
- B. Dispositivo bidirecional
- C. Dispositivo de armazenamento
- D. Dispositivo periférico

Questão 20



Qual a função principal do periférico ilustrado na imagem?

- A. Armazenar dados de forma permanente.
- B. Apresentar informações visuais ao usuário.
- C. Permitir a digitação de textos e comandos.
- D. Auxiliar na navegação e seleção de itens na tela

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 21 a 50

Leia um trecho da Constituição Federal e responda às questões de 21 a 23.

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", é um documento de importância fundamental para a democracia e o Estado de Direito no Brasil. Promulgada após o fim do regime militar, essa Carta Magna representa a consolidação de um novo pacto social e político para o país.

Dentre os principais aspectos que destacam a relevância da Constituição de 1988, pode-se citar:

Garantia de Direitos Fundamentais: A Constituição ampliou significativamente o rol de direitos e garantias individuais, incluindo direitos sociais, econômicos e culturais. Isso fortaleceu a proteção dos cidadãos em face do Estado.

Estruturação dos Poderes: A Constituição estabeleceu a divisão clássica dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com mecanismos de *checks and balances* para evitar o abuso de autoridade.

Descentralização Federativa: A Carta Magna consolidou um modelo federativo mais descentralizado, conferindo maior autonomia e protagonismo aos estados e municípios.

Participação Social: O texto constitucional prevê diversos instrumentos de participação popular, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis.

Comprometimento com a Democracia: A Constituição de 1988 reafirmou o compromisso do Brasil com a democracia, o pluralismo político e o respeito aos direitos humanos.

Dessa forma, a "Constituição Cidadã" representa um marco histórico na vida política e jurídica do país, consolidando as bases do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Questão 21

A Constituição brasileira de 1988 é classificada como:

- A. Escrita e rígida, pois exige um processo formal específico para sua alteração.
- B. Escrita e flexível, pois pode ser facilmente modificada pelo Poder Legislativo.
- C. Costumeira e rígida, pois suas normas são baseadas em tradições e não podem ser alteradas.
- D. Costumeira e flexível, pois suas normas são baseadas em tradições e podem ser facilmente modificadas.

Questão 22

O poder constituinte originário é aquele que:

- A. Tem o poder de modificar a Constituição existente, desde que siga os procedimentos previstos.
- B. É exercido pelo Poder Legislativo, através do processo de emenda constitucional.
- C. Tem o poder de criar uma nova Constituição ou refundar o Estado.
- D. É exercido pelo Povo, através de plebiscito ou assembleia constituinte.

Questão 23

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 1º, estabelece que "a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Territórios". Essa afirmação caracteriza a Constituição brasileira como:

- A. Rígida, pois não admite modificações em sua estrutura federativa.
- B. Escrita, pois está contida em um documento informal.
- C. Prolixa, pois apresenta apenas um extenso rol de direitos e deveres fundamentais.
- D. Originária moderada leve, pois instituiu um novo Estado e definiu sua forma de governo de parlamento.

Questão 24

O poder hierárquico, previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988, caracteriza-se por:

- A. Subordinação entre os órgãos da Administração Pública, permitindo que um órgão superior revise as decisões de um órgão inferior.
- B. Faculdade da Administração Pública de aplicar sanções aos seus servidores em caso de infração funcional.
- C. Capacidade do Poder Judiciário de anular atos administrativos ilegais.
- D. Competência do Poder Legislativo para editar leis que regulam a organização e o funcionamento da Administração Pública

Questão 25

O poder disciplinar, previsto no art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988, permite à Administração Pública:

- A. Subordinar seus órgãos e unidades, estabelecendo uma relação de hierarquia entre eles.
- B. Criar leis e normas que regulam o funcionamento da Administração Pública.
- C. Anular atos administrativos ilegais praticados por seus agentes.
- D. Aplicar sanções a seus servidores em caso de infração funcional.

Questão 26

A respeito dos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta:

- A. Presunção de legitimidade: os atos administrativos gozam da presunção de que são legítimos e válidos, até que prova em contrário.
- B. Imperatividade: a Administração Pública pode impor o cumprimento dos atos administrativos aos administrados, mesmo contra a sua vontade.
- C. Autoexecutoriedade: a Administração Pública tem o poder de executar os atos administrativos por seus próprios meios, sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário.
- D. Recursibilidade: os administrados têm o direito de recorrer dos atos administrativos que lhes causem

prejuízo, buscando a revisão do ato pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.

Questão 27

Com relação à natureza jurídica dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta:

- A. São atos jurídicos unilaterais, pois emanam da Administração Pública e produzem efeitos jurídicos diretamente para os administrados, sem necessidade de anuência destes.
- B. São todos os atos vinculados, pois a Administração Pública deve seguir estritamente os requisitos e formalidades previstos em lei, sob pena de nulidade do ato.
- C. São atos imperativos, pois a Administração Pública pode impor o seu cumprimento aos administrados, mesmo contra a sua vontade.
- D. São atos executórios, pois a Administração Pública tem o poder de executar o ato administrativo por seus próprios meios, sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário.

Questão 28

Sobre os elementos dos atos administrativos, é incorreto afirmar que:

- A. A competência refere-se à aptidão da Administração Pública para praticar um determinado ato, devendo estar expressamente prevista em lei.
- B. A finalidade consiste no objetivo da captura que a Administração Pública pretende alcançar com o ato administrativo, devendo ser compatível com o interesse da administração.
- C. A forma diz respeito à maneira como o ato administrativo deve ser exteriorizado, podendo ser escrita, verbal ou por gestos.
- D. O motivo corresponde às razões fáticas e jurídicas que levaram a Administração Pública a praticar o ato, devendo ser relevante e proporcional à medida adotada.

Questão 29

Marque a resposta correta sobre qual é o momento em que a pessoa natural adquire a personalidade civil, conforme o Art. 2º do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

- A. No momento da concepção.
- B. Aos 16 anos de idade.
- C. Com o nascimento com vida.
- D. Aos 18 anos de idade.

Questão 30

Quem são considerados absolutamente incapazes, conforme o Art. 3º do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002)?

- A. Menores de 16 anos.
- B. Maiores de 16 e menores de 18 anos.
- C. Ébrios habituais e viciados em tóxicos.
- D. Pródigos.

Questão 31

Qual é a diferença entre capacidade de direito e capacidade de fato, conforme o Art. 1º do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002)?

- A. Capacidade de direito refere-se à aptidão para adquirir direitos; capacidade de fato refere-se à aptidão para exercer atos da vida civil.
- B. Capacidade de direito refere-se à aptidão para exercer atos da vida civil; capacidade de fato refere-se à aptidão para adquirir direitos.
- C. Capacidade de direito refere-se à aptidão para casar; capacidade de fato refere-se à aptidão para vender imóveis.
- D. Capacidade de direito refere-se à aptidão para votar; capacidade de fato refere-se à aptidão para dirigir veículos.

Questão 32

Das assertivas abaixo, quem são considerados relativamente incapazes, conforme o Art. 4º do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002)?

- A. Menores de 16 anos.
- B. Maiores de 16 e menores de 18 anos.
- C. Ébrios habituais e viciados em tóxicos.
- D. Pródigos.

Questão 33

De acordo com o Art. 44 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), são pessoas jurídicas de direito privado:

- I - as associações.
- II - as sociedades.
- III - as fundações.
- IV - as organizações religiosas e autarquias.

Assinale a alternativa correta:

- A. Apenas I, II e III estão corretas.
- B. Apenas II e IV estão corretas.
- C. Apenas I e III estão corretas.
- D. Apenas IV está correta.

Questão 34

O negócio jurídico é um ato de vontade unilateral ou bilateral destinado a criar, modificar ou extinguir efeitos jurídicos. Para sua validade, são necessários os seguintes requisitos, conforme o Art. 104 da Lei Civil:

- A. Agente capaz, objeto ilícito, forma prescrita e vontade livre.
- B. Agente capaz, objeto indeterminado, forma livre e sem vontade livre.
- C. A gente capaz, objeto determinado, forma prescrita e vontade livre.
- D. Agente capaz, objeto lícito, forma livre e vontade livre e de má-fé.

Questão 35

De acordo com o Art. 5º do Código Civil Brasileiro, a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os

atos da vida civil. O parágrafo único desse artigo estabelece as condições em que a incapacidade cessará para os menores. Qual das seguintes alternativas está incorreta?

- A. Pelo casamento
- B. Pelo exercício de emprego público efetivo
- C. Pela colação de grau em curso de ensino superior
- D. Pelo estabelecimento patrimonial ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos incompletos tenha economia própria.

Questão 36

Qual das alternativas a seguir **NÃO** é um princípio fundamental da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?

- A. Livre acesso aos dados de terceiro.
- B. Finalidade específica para o tratamento dos dados.
- C. Adequação e relevância dos dados ao tratamento.
- D. Segurança das informações.

Questão 37

Qual é o órgão responsável pela fiscalização do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) em todo o território nacional?

- A. Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- B. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
- C. Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- D. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Questão 38

Com base na Lei n.º 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa correta:

- A. Dado pessoal sensível é o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- B. Aplica-se LGPD, no tocante ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural, para fins exclusivamente econômicos.
- C. A atividade de tratamento de dados pessoais deverá observar o princípio da eventualidade.
- D. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como um dos fundamentos a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.

Questão 39

A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, aplica-se a:

- A. Contratações entre empresas privadas.
- B. Contratações realizadas por órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C. Contratações de trabalho entre a Administração Pública e seus servidores.

D. Aquisições de bens e serviços por pessoas físicas.

Questão 40

Qual das alternativas a seguir NÃO se configura como bem público:

- A. Bens de uso comum do povo, como praias, mares e rios.
- B. Bens dominicais, como terras devolutas e florestas públicas.
- C. Bens públicos de uso especial, destinados a um serviço público específico, como prédios de escolas e hospitais.
- D. Bens particulares de propriedade da Administração Pública.

Questão 41

A desafetação de um bem público:

- A. É um ato simples que pode ser realizado pela própria Administração Pública, sem necessidade de autorização legal.
- B. Somente pode ser realizada mediante lei específica que desautorize a afetação original.
- C. Implica na transferência da propriedade do bem para o particular que o ocupa.
- D. Permite a livre alienação do bem público no mercado.

Questão 42

A imprescritibilidade dos bens públicos significa que:

- A. Eles nunca podem ser perdidos pela Administração Pública por usucapião ou outro meio aquisitivo.
- B. A Administração Pública tem um prazo ilimitado para reivindicá-los em caso de perda ou extravio.
- C. Eles não podem ser objeto de penhora ou arresto em processos judiciais.
- D. A usucapião em favor da Administração Pública se opera em prazo menor do que para os bens particulares.

Questão 43

A inalienabilidade dos bens públicos significa que:

- A. Eles nunca podem ser vendidos, doados ou permutados pela Administração Pública.
- B. A Administração Pública pode aliená-los em casos excepcionais, mediante lei específica.
- C. Eles podem ser alienados em hasta pública, mediante processo licitatório.
- D. A Administração Pública pode aliená-los livremente, sem necessidade de autorização legal.

Questão 44

Qual é a competência para julgar ações que discutem a reintegração de empregados públicos em empresas federais dispensados após a concessão de aposentadoria espontânea?

- A. Justiça do Trabalho
- B. Justiça Estadual
- C. Justiça Federal
- D. Supremo Tribunal Federal

Questão 45

Quando é legal receber aposentadoria e vencimentos do serviço público?

- A. Sempre que houver compatibilidade de horários.
- B. Apenas para cargos de professor.
- C. Quando a soma das remunerações não ultrapassar o teto previsto na Constituição.
- D. Somente para profissionais de saúde com profissão regulamentada por lei.

Questão 46

Em relação ao processo de conhecimento, assinale a alternativa CORRETA:

- A. A petição inicial deve ser obrigatoriamente redigida por advogado, sob pena de indeferimento.
- B. O ônus da prova cabe ao autor, que deve demonstrar os fatos constitutivos do seu direito.
- C. O réu possui o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.
- D. A audiência de conciliação é obrigatória em todas as causas que versam sobre direito de família.

Questão 47

Acerca do processo de execução, analise as seguintes asserções:

- I. A penhora é um ato construtivo que visa assegurar o resultado da execução.
- II. A execução forçada é cabível apenas para satisfazer créditos de natureza alimentícia.
- III. O executado possui o direito de opor embargos à execução, impugnando o processo executivo.

Estão CORRETAS:

- A. Apenas I e II.
- B. Apenas I e III.
- C. Apenas II e III.
- D. I, II e III.

Questão 48

Sobre as medidas cautelares, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. As medidas cautelares podem ser concedidas de forma liminar, sem a necessidade de prévia citação do réu.
- B. A concessão da tutela de urgência depende da demonstração do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- C. As medidas cautelares não podem ser utilizadas para garantir o futuro resultado da ação principal.
- D. O juiz poderá revogar a medida cautelar a qualquer tempo, caso os pressupostos que a motivaram cessem.

Questão 49

No que se refere ao mandado de segurança, considere as seguintes afirmações:

- I. O mandado de segurança é cabível contra qualquer ato ilegal ou abusivo de agente público.

II. A impetração do mandado de segurança deve ser feita no prazo de 120 dias a contar da data em que o paciente tomou conhecimento do ato ilegal ou abusivo.

III. O mandado de segurança não suspende os efeitos do ato impugnado, salvo se o juiz conceder a tutela de urgência.

Estão CORRETAS:

- A. Apenas I e II.
- B. Apenas I e III.
- C. Apenas II e III.
- D. I, II e III.

Questão 50

Em que foro devem ser propostas as ações previstas na Lei n.º 7.347/1985, conforme o artigo art. 2º?

- A. Foro do local onde ocorreu o dano.
- B. Foro do domicílio do autor da ação.
- C. Foro do domicílio do réu.
- D. Foro da capital do estado.

Área livre